

# ALAVANCA 40<sup>h</sup> *NO MÍNIMO!*

O crescimento dos salários e a elevação da qualificação profissional dos trabalhadores são factores decisivos para a modernização do nosso país. Vamos reivindicar melhores condições de vida e de trabalho. Vamos lutar para impedir a destruição do Serviço Nacional de Saúde, para reduzir os horários de trabalho e para melhorar a Segurança Social.

M. Carvalho da Silva sobre o VII Congresso:

“Há que evoluir, partindo do adquirido”

(entrevista nas CENTRAIS)

# NÃO À CONTENÇÃO SALARIAL

## EDITORIAL

### É preciso intervir

Enquanto a situação permitiu, eram somente cenários cor-de-rosa; o Primeiro-Ministro dizia mesmo que tudo era da responsabilidade dele e do seu Governo.

Hoje, no entanto, os problemas já não podem ser escondidos. Surgem agora os governantes a falarem dos problemas externos e das incertezas internacionais.

São tudo tentativas para desviar a atenção dos portugueses da responsabilidade que cabe ao Governo pelos erros cometidos.

As propostas de política económica, salarial e social que o Governo apresentou nas GOP's e agora apresenta no OE/93, põem em causa, claramente, o nível de vida e muitos direitos dos trabalhadores.

No fundo está a tentar repetir-se a história: é aos trabalhadores e às suas famílias que se pedem sacrifícios, sempre que os problemas se avolumam na economia.

Isto é inaceitável para os trabalhadores.

É um facto que a economia portuguesa abrandou o seu crescimento em relação a anos anteriores mas o Governo continua a estimar um crescimento do produto, em 1993, na ordem dos 3%.

O Banco de Portugal tem um enorme volume de divisas que pode potenciar disponibilidades financeiras para dinamizar uma estratégia sustentada de desenvolvimento.

Os fluxos financeiros da Comunidade vão continuar a ser significativos e, inclusive, a aumentar.

O período que se vive merece, assim, a maior atenção de todo o movimento sindical.

Há medidas anunciadas no OE/93 que pretendem atingir claramente os rendimentos do trabalho.

Há diplomas legislativos que indiciam uma clara estratégia do Governo de atingir direitos dos trabalhadores.

As reivindicações que a CGTP-IN vem fazendo são justas, são possíveis e são necessárias.

É preciso, por isso, articular a nossa intervenção e a nossa luta, organizando e mobilizando os trabalhadores e exercendo, em pleno, todos os nossos direitos.

Manuel Lopes

\* Lisboa, 4 / 5 / 6 de Março de 1993

7º CONGRESSO  
CGTP

INTER-SINDICAL NACIONAL

Nos termos do Artº 34º dos Estatutos, convoca-se o Congresso da CGTP-IN para reunir, em sessão ordinária, nos dias 4, 5 e 6 de Março de 1993, a partir das 14 horas do primeiro dia, no Centro de Congressos da Feira Internacional de Lisboa - FIL, sito na Praça das Indústrias em Lisboa, com a seguinte

### ORDEM DE TRABALHOS:

1. Aprovação do regulamento de funcionamento do Congresso;
2. Apresentação do relatório de actividades;
3. Discussão e deliberação sobre a alteração dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral;
4. Discussão e deliberação sobre as alterações ao Programa da CGTP-IN; discussão e votação do Relatório de Actividades e aprovação das orientações para a actividade sindical no triénio 1993/1996.
5. Eleição do órgão dirigente da CGTP-IN. Nos termos do Artº 1º nº 2 do regulamento aprovado pelo plenário da CGTP-IN, na sua reunião de 16 de Setembro de 1992, o Congresso é aberto à participação dos sindicatos não filiados.

Lisboa, 12 de Outubro de 1992

O Conselho Nacional  
Manuel Carvalho da Silva



CONVOCATÓRIA

## BREVES

## Desemprego e defesa do meio ambiente preocupam jovens ibéricos

As organizações de jovens da CGTP-IN (Interjovem) e das Comisiones Obreras da região de Valência, Espanha, concluíram ser igualmente preocupante a situação de desemprego, precariedade e insegurança em que vivem os jovens dos dois países ibéricos.

Esta constatação foi feita durante o encontro de uma semana que aquelas duas organizações de jovens sindicais acabam de efectuar no Algarve, tendo como temas de debate "Os jovens e o Mundo do Trabalho" e "Os Jovens e a Defesa do Meio Ambiente".

As duas organizações atribuíram a situação de insegurança dos jovens de Portugal e de Espanha à má gestão e utilização demagógica dos dinheiros vindos da Comunidade Europeia, que, afinal, não serviram para proporcionar melhores condições de trabalho, formação e emprego aos jovens. Em vez disso, constata-se um aumento da precariedade e do desemprego juvenis.

Em matéria de defesa do meio ambiente, as estruturas juvenis condenaram a ausência de regras e leis sérias de protecção e defesa do ambiente e lançaram um apelo aos jovens de ambos os países para que assumam um papel cada vez mais activo neste campo.

## Conferência nacional do MURPI

O MURPI (Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos) vai realizar a sua 6.ª Conferência Nacional no próximo dia 31 de Outubro no Pavilhão "Paz e Amizade", em Loures.

Na Conferência será feita a análise da situação económica e social dos reformados e idosos, sendo prevista a aprovação de um conjunto de reivindicações a apresentar ao Governo e outros órgãos da soberania.

Os delegados discutirão e votarão ainda algumas alterações aos actuais Estatutos do MURPI.

## Piteira Santos faleceu

A Comissão Executiva da CGTP-IN enviou à família de Piteira Santos uma mensagem de condolências, onde se diz que o falecimento daquela prestigiada figura da vida nacional representa uma perda irreparável.

A mensagem recorda a "firme e determinada acção do combatente antifascista, a contribuição inestimável que sempre deu à causa da democracia e da liberdade, numa permanente actividade de intervenção cívica em que se reconhece a sua profunda identificação com os anseios e aspirações dos trabalhadores e do povo português".

Vários dirigentes representaram a CGTP-IN nas cerimónias fúnebres.

## Mulheres na Saúde

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) apresentou um relatório que mostra que as mulheres constituem a maioria dos trabalhadores do sector de saúde e medicina. Na Espanha, a taxa de participação feminina corresponde exactamente ao dobro da que se verifica no conjunto da economia em 1990. Na Noruega, Holanda, Polónia, Roménia e Suécia as mulheres representam mais de 80 por cento da força de trabalho no sector. A percentagem é ligeiramente inferior nas Filipinas, Japão, Reino Unido e Turquia.

Ainda segundo esse relatório, embora a situação tenha melhorado, observa-se que a mulher continua a ser relegada para uma estreita faixa de tarefas subalternas com baixos salários e condições de trabalho desadequadas. Como acontece noutros sectores, as mulheres acumulam uma actividade remunerada e os trabalhos domésticos.

É amplamente aceite, diz a OIT, que para que as mulheres do sector da saúde disfrutem da igualdade de oportunidades no emprego seja necessário adoptar medidas específicas que favoreçam o acesso igualitário ao emprego e à formação.

## O emprego feminino e a igualdade de oportunidades

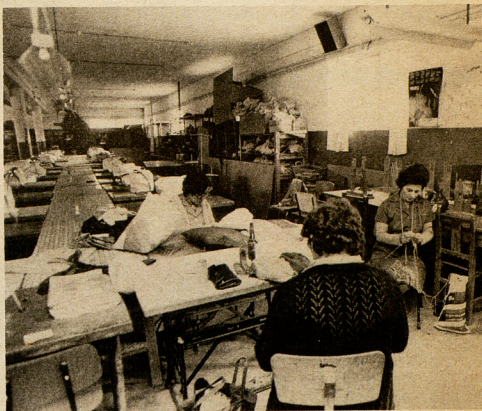
Três títulos: "Desemprego tende a diminuir", "Redução moderada do emprego" e "Trabalho feminino a subir". Sob cada um destes títulos, várias afirmações:

"Os desempregados inscritos são maioritariamente mulheres com mais de um ano de inscrição (nos centros de emprego) e maiores de 25 anos"; "Globalmente, houve mais saídas que entradas no mercado de trabalho". Entre os vários motivos para o aumento e diminuição do mercado de emprego apontam-se como principais: as variações das carreiras de "encomendas" e a introdução de novas tecnologias.

Verificou-se "um aumento significativo da taxa de actividade feminina...". O sector que tem crescido mais é o terciário/serviços. No que respeita ao desemprego,

"Portugal apresenta uma das taxas mais baixas da Europa, cerca de 4,1 por cento, tendo o desemprego feminino acompanhado esta tendência no sentido da baixa...".

Uma leitura mais global destes dados estatísticos e destas afirmações (sem ligar muito aos dados porque as estatísticas dizem, muitas vezes, aquilo que queremos que digam) mostra claramente que as mulheres continuam a procurar o mercado de trabalho, embora muitas se encontrem em "lista de espera" há muito tempo: o peso das mulheres no desemprego de longa duração tem sido uma constante. Uma outra é a sua concentração em determinados sectores, entre eles o dos serviços, enquanto noutros se mantêm minoritárias. Estas realidades



não podem deixar de nos colocar algumas sérias preocupações, nomeadamente no domínio da formação profissional.

## O problema da qualificação

As ofertas de formação profissional para as mulheres ficam muito aquém do possível e do desejável. Por outro lado, verifica-se, em muitas dessas ofertas, uma ideia subjacente, a dos chamados saberes tradicionais, o que reduz substancialmente as oportunidades para além do artesanato, confeitaria, costur, tomar conta de crianças...

Há que modificar esta prática para que a igualdade de

oportunidades possa ser mais do que uma linda frase que enche a boca de muitos e maniquilha a consciência de outros tantos.

Quanto à concentração de mulheres em determinados sectores de actividade, é uma outra realidade que nos deve merecer toda a atenção se não quisermos ver aumentar, em flecha, o desemprego e/ou uma maior degradação da qualidade de emprego.

Há que diversificar as ofertas de emprego, certo, mas isso não basta. Simultaneamente, será necessário diversificar as ofertas de formação profissional e implementar os meios para que as mulheres delas possam usufruir.

Mais. Será necessário que a formação profissional não seja

feita ad hoc, para já não falar na "caça aos fundos" que existe um pouco por todo o lado.

Um estudo rigoroso do mercado de emprego torna-se, assim, indispensável para se possa orientar as candidatas nas possíveis vias de formação. Vamos ver se o tal Observatório que irá ser constituído, ao que parece com o objectivo de adequar a formação às necessidades do mercado de emprego, trará algo de mais positivo nesta matéria. Esperamos que observe bem, não só as "estrelinhas da bandeira azul" mas igualmente e muito principalmente a nossa realidade, para que a "nossa estrela" não se transforme em estrela errante no céu estrelado da CE.

Helena Policarpo

## INTER-REFORMADOS

## 1993, Ano Europeu dos idosos e da solidariedade entre gerações

Por proposta da Comissão das Comunidades Europeias, o ano de 1993 foi proclamado "Ano Europeu dos Idosos e da Solidariedade entre Gerações" e os estados da CE foram convidados a emprender, no período entre 1 de Janeiro de 1991 e 31 de Dezembro de 1993, iniciativas com o objectivo de:

contribuir para a definição de estratégias preventivas para fazer face aos desafios de ordem económica e social resultantes do envelhecimento da população; criar estratégias inovadoras de solidariedade entre gerações e de integração da população idosa que envolvam todos os agentes económicos e sociais, quer no meio rural que urbano; desenvolver e salientar as potencialidades positivas da contribuição dos cidadãos idosos para a comunidade.

Até agora, o nosso Governo não tomou qualquer iniciativa tendo em

vista a prossecução dos objectivos atrás referidos. Pelo contrário, toda a acção tem sido conduzida no sentido de criar cada vez mais problemas às camadas da população mais desfavorecida, nomeadamente os idosos.

As recentes medidas anunciadas pelo Governo no sector da saúde vêm agravar ainda mais a já difícil situação dos idosos. É o levar à prática da regra "quem quer saúde, paga-a", cuja filosofia começou a ser preconizada pela ministra Leonor Beza e que está a ser definitivamente concretizada pelo actual Governo.

Afirmar que com as referidas medidas se pretende melhorar a prestação da saúde às camadas mais desfavorecidas é puro cinismo.

## Piora o que já não era bom

Com efeito, a intenção de transferir para os segurados a responsabilidade dos

cuidados médicos primários e de passar para a iniciativa privada a gestão dos hospitais só irá tornar mais oneroso o que já não é bom, sem qualquer garantia de melhores cuidados de saúde.

As companhias de seguros e os gestores privados vão ter como primeira preocupação o lucro fácil e só em último caso se vão preocupar com os aspectos humanos.

Os trabalhadores têm, de há muito, a experiência do que tem sido a prestação, por parte das seguradoras, da assistência na saúde no que diz respeito aos acidentes de trabalho, que há muito anos estão à sua responsabilidade.

Para além de um atendimento monótono e deficiente, são muitos os processos em tribunal para fazer valer os direitos dos trabalhadores.

O direito à saúde está consagrado na Constituição da República, sendo também especificado que

importa proteger a velhice (art. 64.º), mas a realidade é que as despesas de saúde têm um peso cada vez mais elevado no já magro orçamento dos reformados, pensionistas e idosos.

Como a Inter-Reformados tem reivindicado, é preciso garantir aos reformados, pensionistas e idosos: a gratuitidade dos medicamentos nos casos crónicos e a comparticipação total ou parcial, por parte do estado, em medicamentos, análises, radiografias e outros exames e meios de correcção e de compensação; a abolição das taxas moderadoras.

Há que recordar que cerca de 52 por cento dos pensionistas são abrangidos pelo regime de pensões mínimas e que o valor médio das pensões é de cerca de 32 por cento do salário médio.

Entretanto, o Governo prepara-se para aumentar as pensões em valores inferiores à taxa de inflação esperada de cerca de 9 por cento.

ALAVANCA  
FICHA TÉCNICA

Director: Manuel Lopes; Coordenação de Edição: Hermínio Fernandes; Redacção: Júlio Cardoso, Manuela Monteiro, Helena Policarpo e Gonçalves André; Fotografia: João Silva, Grazianno e Maquelegem; Gráfica: Albuquerque e Rui Pereira; Cartoons: Humberto Santana; Propriedade: Edições 7 de Outubro; Tiragem: 58 700 exemplares; Composição, Montagem e Impressão: Húscia Portuguesa, S.A.; Depósito Legal: 43077/91; Morada: R. Vitor Gordon, N.º 1, 2.º — 1294 Lisboa Codex; Telex: 347 21 81 — Fax: 347 21 80 — Telex: 13672; Conselho Editorial: Ulisses Garrido (USL), Vieira Mendes (USS), Humberto Costa (FSTFP), Manuel Pisco (USS), Ernesto António (FSCPB) e José Carlos (MESP).

# As ofertas de formação profissional são insuficientes

Portugal continua a ter um elevado défice de mão-de-obra qualificada. Um olhar atento aos quadros de pessoal depositados no Ministério do Emprego e Segurança Social diz-nos que somente 50 por cento dos trabalhadores por conta dourem são qualificados. Ao mesmo tempo, a percentagem de quadros superiores e médios não passa de 4 por cento.

Isto quer dizer que, mesmo depois do que já se fez no campo da formação profissional, ainda não se verifica qualquer evolução.

É por isso necessário intensificar este trabalho de modo a que cresçam as acções de formação profissional qualificantes dirigidas a todos os trabalhadores, principalmente aos não qualificados, e criar condições contratuais e legais que possibilitem o acesso e a frequência destas acções por banda destes.

É se digo criar condições contratuais e legais que possibilitem o acesso e a frequência destas acções por banda destes. E se digo criar condições contratuais e legais é porque é na zona do trabalho não qualificado que, de um modo geral, o tempo de trabalho é mais prolongado e muitas vezes mais penoso. Se não forem criadas condições que permitam que uma parte das acções de formação profissional sejam feitas no período normal de trabalho, dificilmente crescerá o nível de qualificação dessa camada de trabalhadores.

Embora se verifique alguma evolução da escolaridade obrigatória, importa ter presente que os níveis da mesma no nosso país continuam muito distantes dos registados nos restantes países da Comunidade Europeia.

Na verdade, segundo dados de 1990 do PRODEP, 56 por

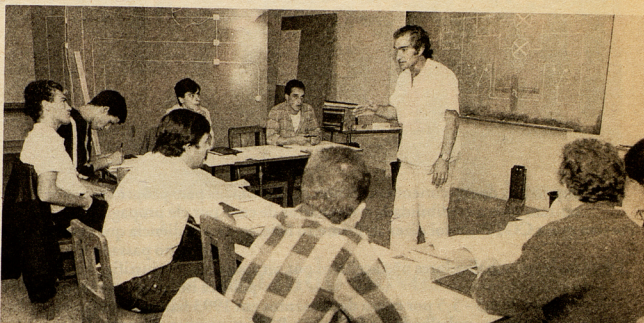
cento dos jovens não tinham completado nove anos de escolaridade obrigatória.

Os níveis de insucesso escolar continuam elevadíssimos. Basta verificar que quatro em cada dez jovens abandonaram a escola antes dos 17 anos e que entre 10 e 15 por cento de alunos deixaram de ir à escola depois de terem completado o 6º ano de escolaridade.

Agravada pelas dificuldades colocadas no acesso, a situação no ensino superior é igualmente preocupante. Basta verificar que apenas 14 por cento dos jovens com idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos frequentam o ensino superior.

## Planificar e articular

As ofertas alternativas de formação profissional feitas aos jovens são, nestas circunstâncias, claramente insuficientes. No meu entender, aliás de acordo com uma decisão com mais de dois anos do Conselho de Ministros da Comunidade Europeia, é preciso implementar rapidamente em Portugal um sistema de formação profissional articulado com o ensino oficial e com as escolas profissionais que garanta aos jovens pelo menos um ou dois anos de



formação qualificante antes da entrada no mercado de trabalho.

O futuro (as "novas profissões" e as "profissões do futuro") exige ainda um maior esforço no plano de ensino oficial que aproxime a escola das empresas e vice-versa e, no caso português, um grande esforço também no plano da formação profissional.

É necessário que, pelo menos a nível regional e a nível sectorial, exista planeamento das necessidades e das acções de formação a emprender.

No plano regional, devem ser promovidas acções de formação especialmente voltadas para os jovens, mas também para os desempregados, que permitam responder não só às necessidades de mão-de-obra e aos planos de desenvolvimento regional mas às inovações tecnológicas que o futuro aponta.

No plano sectorial, é fundamental que haja acções de formação voltadas para os trabalhadores no activo, de modo a habilitá-los a responder, sem sobressaltos e com eficiência, às reconversões industriais e às alterações tecnológicas que inevitavelmente vão ter lugar.

É ainda indispensável ligar a formação profissional e a certificação profissional à negociação colectiva.

## Não basta formar

Não basta que se formem pessoas. É preciso dar-lhes a possibilidade de aplicar e valorizarem o que aprenderam. Nesse sentido, entendemos que as empresas devem negociar com os sindicatos uma correcta gestão de recursos humanos que acabe com as admissões por conhecimento e amizade e leve a fazê-

las segundo critérios objectivos. É necessário que a progressão profissional constitua um incentivo para que os jovens que procuram trabalho e os trabalhadores activos sintam que vale a pena o esforço que se vão definir para aumentarem a sua qualificação e os seus conhecimentos.

Sem prejuízo do trabalho de certificação em curso, a negociação colectiva sectorial tem que passar a reflectir as alterações que se vão definindo nos perfis profissionais, a existência de novas profissões e o acesso às carreiras profissionais e as necessidades de formação profissional dos diferentes sectores de actividade.

Nesta óptica, a evolução tem que ser feita por razões económicas e por razões sociais. Isso exige um entendimento diferente das empresas e do Governo. Exige uma clara e rápida implementação

do Acordo sobre Formação Profissional que foi assinado há mais de um ano por todos os parceiros sociais e pelo Governo.

O desenvolvimento é possível mas as motivações económicas não podem ser factor de maior injustiça social e de quebra de solidariedade.

Por isso a CGTP-IN tem correctamente exigido participar em todas as frentes onde, de algum modo, se procurem respostas para os problemas que as mudanças, os avanços científico-técnicos e as interdependências motivem, por forma a que as opções não sejam tomadas a duas velocidades mas respondam aos problemas dos portugueses.

Por Manuel Lopes  
membro da Comissão  
Executiva da CGTP-IN

Texto publicado em "A Capital"



O 22º aniversário da CGTP-IN foi assinalado em todo o país com centenas de plenários de empresas e sectores, comícios e manifestações artísticas.

Várias dessas iniciativas contaram com a participação de membros da Comissão Executiva da Central.

Na foto: Sessão comemorativa no Cinema do Terço do Porto organizada pela União distrital, que integrou um parte de espectáculo preenchida por Sérgio Godinho e outra de comício, onde foram oradores Manuel Carvalho da Silva e João Pacheco Gonçalves, coordenador da USP.

## Serviços de saúde ocupacional são excepção nas empresas portuguesas

Em matéria de saúde ocupacional, a situação no nosso país é preocupante e, se não o é mais, isso deve-se à acção dos trabalhadores e das suas estruturas.

A afirmação é da CGTP-IN e foi transmitida por Maria do Carmo Tavares na abertura dos trabalhos do Seminário sobre as Perspectivas da Saúde Ocupacional levado a cabo no passado dia 25 de Setembro, em Lisboa.

São vários os factores que, segundo aquele membro da Comissão Executiva da CGTP-IN que coordena esta importante frente, podem contribuir para o aumento da sinistralidade laboral. Referiu, entre outros, o agravamento das relações laborais, a precariedade do emprego, os despedimentos colectivos e individuais e o trabalho infantil.

Realçou também o papel activo negativo da economia clandestina que é campo fértil de acidentes de trabalho e onde, muitas vezes, nem sequer existe o seguro obrigatório.

Por outro lado, Maria do Carmo Tavares recordou aquilo que diz todos sabermos: "Os serviços de saúde ocupa-

cional nas empresas são uma excepção e a promoção da saúde nos locais de trabalho é quase nula".

A CGTP-IN defende que a saúde dos trabalhadores deve ser promovida a partir do seu local de trabalho, pois "as condições de trabalho e as condições de vida estão interligadas".

Entende por isso a central sindical que a saúde ocupacional deve ser encarada numa perspectiva de saúde global integrada. "A saúde dos trabalhadores não começa nem termina à porta da fábrica ou do serviço", declarou Maria do Carmo Tavares.

### Atrasos

A CGTP-IN tem tido e continuará a ter uma intervenção activa e responsável neste domínio.

No plano reivindicativo, os sindicatos dispõem grande atenção à prevenção dos riscos profissionais a nível de empresa e sectorial. Continuam, porém, a ter motivos para grandes preocupações.

Não se sabe ainda quando

ficará pronta a regulamentação da Lei de Bases de Segurança, Higiene e Saúde no Local de Trabalho, resultante do Acordo assinado no âmbito do CPCCS em Julho 1991. O prazo legal dessa regulamentação terminou em 30 de Abril passado. A este atraso não são alheias as pressões que o patronato tem vindo a exercer, alegando não haver condições para a sua aplicação. "Desculpas de mau pagador", na opinião da CGTP-IN.

Atrasada está também, e muito, a criação do chamado Instituto de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho que devia ter sido feita até 31 de Dezembro de 1991. "O mais incrível, disse Maria do Carmo Tavares, é que é citado permanentemente num projecto sobre a organização dos serviços de SHS, mas não se sabe o quê".

Neste momento, há um conjunto de ante-projectos no Conselho Económico e Social que colocam bastantes preocupações em matéria de organização dos serviços, pois algumas medidas representam significativos custos relativamente à lei ainda em vigor.

# NÃO FICAREMOS DE BRAÇOS CRUZADOS

As perspectivas de crescimento económico, anunciadas pelo próprio Governo, retiram toda a credibilidade aos cenários de crise por ele propagandeados. Foi isso que a CGTP-IN foi dizer ao Primeiro Ministro na audiência que com ele teve no passado dia 12.

Disse mais: os trabalhadores não aceitam, por ser totalmente injustificada, uma política de contenção salarial.

A proposta de 4,5 - 5,5 por cento de aumentos em 1993 feita aos sindicatos e trabalhadores da Função Pública surge como uma afronta a Portugal, apesar de estar longe de ser o oásis de que o ministro Braga de Macedo fala, tem condições para se desenvolver e para proporcionar aos trabalhadores melhores condições de vida e de trabalho.



## A morte anunciada do Serviço Nacional de Saúde

Primeiro, foram as taxas moderadoras e os aumentos dos preços dos medicamentos. Depois, decretou-se a extinção de importantes serviços e especialidades médicas nos hospitais e centros de saúde. Agora, o Governo achou que era chegado o momento oportuno para desferir o golpe de misericórdia no que resta do Serviço Nacional de Saúde. A CGTP-IN fez logo saber que está frontalmente contra este iníquo e profundamente injusto propósito do Governo.

Para começar e como vem sendo timbre da actuação do Governo, este tomou uma decisão de longo impacto social sem ouvir as organizações representativas dos trabalhadores e outras.

A CGTP-IN, pressionada para se pronunciar sobre o projecto de diploma no prazo de apenas dois dias, solicitou ao Gabinete do Ministro da Saúde a prorrogação do prazo até ao próximo dia 19 do corrente para que efectivamente as organizações se pudessem pronunciar.

Ao inviabilizar a audição

dos representantes dos trabalhadores do sector e da própria CGTP-IN e ao mentir, dizendo que o tinha feito, o Governo desmascara-se completamente, afirmando a CGTP-IN.

Pagamos impostos, temos direitos

Os portugueses, em especial os trabalhadores - continua a CGTP-IN, no comunicado que divulgou - pagam elevados impostos directos e indirectos que não cessam de aumentar e, em contrapartida, o Governo, que arrecada cada vez maiores quantias, demite-se das

suas funções, obrigando os cidadãos a pagar, agora, os cuidados de saúde.

A ser tomada, esta medida, além de profundamente injusta, implicaria uma fortíssima restrição no acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde em especial as camadas mais desfavorecidas.

A filosofia do Governo é, assim, a de que quem tiver dinheiro pode comprar cuidados de saúde. Quem o não tiver fica condenado à doença e a ao seu desfecho nas piores condições.

A CGTP-IN protesta contra a intenção do Governo de proporcionar aos privados os bens e instrumentos

públicos adquiridos com os impostos dos cidadãos, incluindo a possibilidade de se servirem das próprias instalações públicas.

Não se trata, porém, de um acto isolado, lembra a confederação dos trabalhadores portugueses.

Pelo contrário, este Governo tem levado por diante a estratégia de proporcionar cuidados de saúde apenas a quem os puder pagar. Aliás, a aprovação em 1990 da Lei de Bases da Saúde apenas visou, na apreciação de dela fez e faz a CGTP-IN, permitir a degradação do sistema de saúde pública.

Esta é a convicção profunda dos trabalhadores portugueses, e a sua luta, que começa a crescer, prová-lo-á.

Eles têm consciência que esta ofensiva é grave e jogada em várias frentes: contra o poder de compra e os direitos dos trabalhadores e outras camadas da população, contra o direito à Saúde, à Segurança Social e ao Ensino.

A Proposta de Orçamento do Estado, agora tornada pública, visa, no fundamental, reduzir a função social do Estado e os salários reais dos trabalhadores. A sua implementação tornaria ainda mais injusta a distribuição do Rendimento Nacional. Perante este quadro, os trabalhadores e os seus sindicatos não ficarão de braços cruzados. Os ataques são muitos, mas estamos conscientes de que a razão está do lado deles.

## Orçamento do Estado As Grandes Opções do Governo

Primeiro com as Grandes Opções do Plano, agora com a Proposta de Orçamento de Estado para 1993, o Governo tornou claro que está apostado em reduzir o défice orçamental essencialmente por duas vias: a redução da função social do Estado e a contenção salarial dos funcionários públicos e, por arrastamento, de todos os restantes trabalhadores.

Obstinado em fazer a vontade do patronato, quer ser ele o exemplo, como entidade patronal que é do importante grupo dos trabalhadores da Função Pública. Com toda a legitimidade, estes já marcaram acções diversas de luta, incluindo um dia de greve, a 6 de Novembro, como forma de contestarem a afrontosa proposta que o Governo lhes apresentou: 4,5 por cento de aumento para 1993.

Parecendo preocupado com o défice orçamental, já não o preocupa minimamente a enorme injustiça fiscal que grassa na sociedade portuguesa. Pelo menos, nada faz para a contrariar. As receitas patrimoniais praticamente não são tribuadas, contrariamente ao que acontece com os rendimentos dos trabalhado-

res e, inclusive com bens essenciais como os medicamentos. Não satisfeito com o facto de estes terem registado, este ano, três aumentos, anuncia que vai aumentar a taxa do IVA para 16%.

Por outro lado, a fraude e a evasão fiscais aumentam, nomeadamente no caso do IVA, pelo que o seu peso tem vindo a diminuir no PIB.

Paradoxalmente, verifica-se ainda que os incentivos fiscais, para além de serem acrescidos, não são contabilizados no Orçamento do Estado. Propõe-se inclusivamente o seu alargamento ao investimento no estrangeiro, sob o nome de internacionalização das empresas.

### Privatizar o Estado

A redução da função social do Estado, com a correspondente desresponsabilização do Governo, é patente quando se fala em privatização da Saúde e da Segurança Social. No caso da habitação social, o PIDDAC apenas prevê cerca de 7 milhões de contos para a sua promoção, o que é ridículo dadas as carências existentes nesta área.

Privatizar é a palavra de ordem do Governo, que enche a boca para falar de "exclusão social" mas, paradoxalmente, pretende reduzir o papel que deveria caber ao Estado no combate às injustiças sociais.

No que respeita aos aumentos propostos para a Função Pública (4,5% -), só podem ser considerados de claramente injustos, pois nenhum economista acredita que a inflação se situe abaixo dos 7%. Para além disso, os 4,5% são seriam 2,5%, porque se aplicam apenas aos 8% do ano passado, os outros dois por cento seriam ignorados.

Para a CGTP-IN, numa primeira apreciação da Proposta de Orçamento de Estado, a estratégia do Governo, para além de incorrecta, tenta esconder aos portugueses que a redução 1 por cento de redução nas taxas de juro, pode ter efeitos na dívida pública superiores ao acréscimo de 1 por cento nos salários.

O Governo não olha a meios para levar por diante a sua cruzada anti-défice orçamental, tentando, inclusive, delegar competências nas autarquias sem a conseqüente transferência orçamental.

## CGTP apresentou reivindicações ao Primeiro Ministro

Uma delegação da CGTP-IN, conduzida por Manuel Carvalho da Silva, foi recebida, em audiência, pelo Primeiro Ministro no passado dia 12 de Outubro.

Nessa audiência, a delegação da CGTP-IN apresentou ao Governo as reivindicações aprovadas pelo Plenário, na sua reunião de 16 de Setembro. A delegação afirmou que as perspecti-

vas de crescimento económico existentes no país não justificam qualquer cenário de crise.

Frisou também que é totalmente injustificada uma política de contenção salarial e inaceitável a proposta afrontosa feita pelo Governo aos sindicatos e trabalhadores da Administração Pública.

A delegação manifestou, ainda, ao Primeiro Ministro as profundas preocupações da

CGTP-IN acerca do conteúdo das políticas de saúde, segurança social, fiscalidade, ensino e, ao mesmo tempo, sobre os objectivos da ofensiva legislativa contra os direitos dos trabalhadores.

Na audiência, a CGTP-IN questionou o Governo sobre a questão da vigilância policial às actividades sindicais, nos termos da moção aprovada pelo Plenário da CGTP-IN.

## VII CO Pros

A aproximação de Março ao debate e, por isso, todos as actividades válidas num novo e grande A entrevisté para a nos

Um congresso de massas

Alavanca - tas por ditos deixam tran de que o VII de ser um cor e rasgar nov também ess coordenador

Manuel Ca Sim, penso entendimento zero da nos sindical.

O VII Co perspectiva d central com características do" a ser inco voce disse, caminhos pa central e dar intervenção si as frentes em rio que ele se

Terá de se uma profunda sequençenr tentas decisõe

Para que o congresso de do com itatodas as faseapresentaçãocandidaturas, guardada a part trabalhadores e, bém de todos dicais.

Percebe-me ainda, que de lise o mais ex situação políti suas vertent internacional nenhum aspct sua caracterizcdo em releq secundário.

Alavanca - de dizer, pod que a situaçãodiferente d 1989, não d gresso? MCS - Ser

# S DE DOS

portugueses, e a sua luta, que

jogada em várias frentes: contra o Ensino. E outras camadas da população,

Ensino. E os salários reais dos

da mais injusta a distribuição do trabalho, e os seus sindicatos

abalhadores, mas estamos conscientes

## Governo

Privatizar é a palavra de ordem do Governo, que enche a boca para falar de "exclusão social". Mas, paradoxalmente, pretende reduzir o papel que deveria caber ao Estado no combate às injustiças sociais.

No que respeita aos aumentos propostos para a Função Pública - 4,5%, só podem ser considerados de claramente injustos, pois nenhum economista acredita que a inflação se situe abaixo dos 7%.

Para além disso, os 4,5% não seriam 2,5%, porque se aplicam apenas aos 8% do ano passado, os outros dois por cento seriam, os outros dois por cento seriam, os outros dois por cento seriam, os outros dois por cento seriam, os outros dois por cento seriam.

Para a CGTP-IN, numa primeira apreciação da Proposta de Orçamento de Estado, a estratégia do Governo, para além de incorreta, tenta esconder aos portugueses que a redução 1 por cento de redução nas taxas de juro, pode ter efeitos na dívida pública superiores ao acréscimo de 1 por cento nos salários.

O Governo não olha a meios para levar por diante a sua cruzada anti-défiço orçamental, tentando, inclusive, delegar competências nas autarquias sem a consequente transferência orçamental.

Para que tal aconteça, é pressuposto que ele seja um congresso de massas, querendo com isto dizer que, em todas as fases do debate e da apresentação de propostas e candidaturas, deverá ser assegurada a participação dos trabalhadores e, conseqüentemente, também de todos os quadros sindicais.

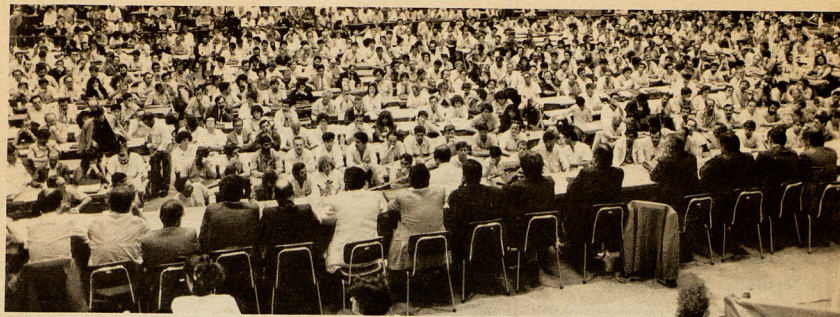
## sentou meiro Ministro

CGTP-IN acerca do conteúdo das políticas de saúde, segurança social, fiscalidade, ensino e, ao mesmo tempo, sobre os objectivos da ofensiva legislativa contra os direitos dos trabalhadores.

Na audiência, a CGTP-IN questionou o Governo sobre a actividade sindicais, nos termos da moção aprovada pelo Plenário da CGTP-IN.

MCS - Sem dúvida. Este

## ENTREVISTA



## VII Congresso da CGTP

# Prosseguindo o projecto, afirmando novos caminhos

A aproximação do VII Congresso, convocado para reunir nos dias 4, 5 e 6 de Março do próximo ano, justifica que o "Alavanca" abra as suas páginas ao debate que a sua preparação naturalmente despoletará. Publicará, por isso, todos os meses opiniões de sindicalistas de diferentes sectores de actividade e com idades e experiências distintas. Todas as opiniões são válidas numa altura em que se torna necessário responder eficazmente a novos e grandes desafios.

A entrevista a Manuel Carvalho da Silva surge, por assim dizer, como o pontapé de saída, pois lança para a mesa elementos que são importantes para a nossa reflexão colectiva.

Um congresso de massas

**Alavanca** - Afirmações feitas por dirigentes da Central deixam transparecer a ideia de que o VII Congresso terá de ser um congresso inovador e rasgar novos caminhos. É também essa a opinião do coordenador da CGTP-IN?

**Manuel Carvalho da Silva** - Sim, penso que esse será o entendimento de todo o universo da nossa grande central sindical.

O VII Congresso, numa perspectiva de continuar esta central com todas as suas características, está "condenado" a ser inovador e, como você disse, a rasgar novos caminhos para revitalizar a central e dar maior eficácia à intervenção sindical, em todas as frentes em que será necessário que ele se faça.

Terá de se fazer, por isso, uma profunda reflexão e conseqüentemente, tomar importantes decisões.

Para que tal aconteça, é pressuposto que ele seja um congresso de massas, querendo com isto dizer que, em todas as fases do debate e da apresentação de propostas e candidaturas, deverá ser assegurada a participação dos trabalhadores e, conseqüentemente, também de todos os quadros sindicais.

Parece-me fundamental, ainda, que dele saia uma análise o mais exacta possível da situação político-social, nas suas vertentes nacional e internacional, em que nenhum aspecto essencial à sua caracterização seja esquecido ou relegado para plano secundário.

**Alavanca** - Do que acaba de dizer, pode depreender-se que a situação é hoje, muito diferente do que era em 1989, ano do último congresso?

**MCS** - Sem dúvida. Este

congresso vai equacionar uma realidade política, económica, social e cultural significativamente diferente do cenário que tínhamos em 1989.

No plano internacional, assistimos, ao longo destes três anos, ao desaparecimento da URSS, do "bloco socialista" e do equilíbrio mundial dele dependente, bem como ao reforço do capitalismo.

Foi um período de concretização de políticas liberais em inúmeros países, com todo o rol de efeitos nefastos para as condições de vida e de trabalho e a grande pressão e limitação de acção aos sindicatos.

"Fomos eidos" múltiplos e graves problemas surgiram. Cresceu a internacionalização da economia e aumentou a influência das multinacionais.

Os três anos que nos separam do último congresso evidenciaram também uma certa afirmação de interesses (essencialmente económicos) organizados em torno de três pontos, os Estados Unidos da América, a CE e o Japão.

Tudo isto se traduziu, evidentemente, em mais dificuldades para os trabalhadores, com o crescente enfraquecimento da sua acção.

Grandes decisões passam ao lado dos cidadãos

**Alavanca** - Nesse contexto, como define a situação, na Comunidade Europeia, espaço económico, político e social em que estamos inseridos. A situação dos trabalhadores europeus mede-se pela mesma bitola do resto do mundo?

**MCS** - Genéricamente, sim, mas a CE é uma questão específica a apreciar. A Comunidade Europeia está a fazer uma evolução acelerada. Trata-se de uma evolução que é acompanhada pelo surgimento de novos problemas,

como o racismo, a xenofobia e o aparecimento em cena de grupos de extrema direita, neo-fascistas.

Acontece que, em diversos casos, essa evolução não está, nem se sabe como vai ser cimentada. Grandes decisões estão a passar ao lado dos cidadãos, que são confrontados com factos consumados.

O que se passa no nosso país é um exemplo. Os portugueses em geral e os trabalhadores, em particular, estão distancados dos andamentos que os governos pretendem imprimir ao processo comunitário e das conseqüências que deles derivam. O Tratado de Maastricht é disso exemplo flagrante.

Os sindicatos, por sua vez, não dispõem de suficientes mecanismos para terem uma intervenção e respostas adequadas. Este é, em meu entender, um aspecto que deve ser profundamente tratado pelo Congresso e constitui um problema grande de todo o Movimento Sindical Europeu.

Por outro lado, o processo de integração de Portugal, com os seus contras e prós, proporciona condições e meios importantes que deveriam estar a assegurar um desenvolvimento efectivo do país, a reestruturação e a modernização do aparelho produtivo e, simultaneamente, uma política económica e social que aproximasse o nível de vida dos trabalhadores e outras camadas da população do nível de vida médio dos outros cidadãos comunitários.

**Alavanca** - Cavaco Silva e o seu Governo vão ser vetados, pela negativa, no Congresso?

**MCS** - Não. Cavaco Silva não será vetado, mas a política que ele protagoniza, de que é responsável, estará em destaque nos debates. Apesar de não ser fácil desligar a obra dos seus autores, a CGTP-IN

não tem por hábito fulanizar as questões.

O que nos preocupa não é a pessoa do Primeiro Ministro mas o aprofundamento da política neo-liberal que ele e o seu Governo têm seguido, especialmente depois de terem obtido nova maioria nas eleições do ano passado.

O que nos preocupa é que, num cenário de crescimento que temos e vamos continuar a ter, o sector produtivo real (indústria, agricultura) esteja em queda. É muito perigoso para o nosso futuro. O que nos preocupa é a má distribuição e redistribuição do rendimento.

O que nos preocupa é a destruição da estrutura económica do Sector Empresarial do Estado, a quebra do aparelho produtivo e as alterações radicais anunciadas ou já operadas no campo da Saúde Pública, da Segurança Social e do Ensino, assim como a existência de uma política fiscal cada vez mais injusta.

O que nos preocupa é a descaracterização do regime democrático saído do 25 de Abril as alterações profundas no quadro jus-laboral, com a lei dos desajustamentos, com a revisão da Lei da Greve e com a Lei da Contratação Colectiva, etc., etc.

O que nos preocupa é a política de limitações e atropelos sistémicos aos direitos dos trabalhadores e o esvaziamento da negociação colectiva, acompanhado de uma crescente corporativização das relações laborais.

Há fenómenos novos na sociedade portuguesa

**Alavanca** - Essas preocupações são justas, como outras que a CGTP-IN tem manifestado. Mas pergunto: não estará o Governo a aproveitar-se de uma certa desorientação dos sindicatos, provocada por alguma dificuldade em compreender as mudanças verificadas na sociedade e, por conseguinte, em fazerem chegar a sua mensagem a algumas camadas de trabalhadores?

**MCS** - É verdade que se têm operado e estão a operar-se na sociedade portuguesa, e especificamente no meio laboral, fenómenos novos que importa determinar e que exigem respostas diferentes das tradicionais por parte do movimento sindical.

Alguns são já detectáveis, como a existência de interesses contraditórios, objectiva ou subjectivamente, entre camadas da população que desembocam em soluções imediatistas e egoístas.

Assistimos, paralelamente, ao surgir de sectores ou camadas de desprezados ou excluídos. Há dificuldades crescentes para os trabalhadores acima dos 40 anos, a quem não foi proporcionado ensino ou formação profissional, dificuldades que são agravadas pela crescente desresponsabilização social do Estado.

A realidade mostra, por outro lado, milhares e milhares de jovens lançados no mercado de trabalho sem preparação escolar e formação profissional suficientes, ao lado de novos trabalhadores com perspectivas de futuro, que constituem elemento essencial nos projectos económicos e nas empresas com vitalidade e garantias de sucesso duradouro.

Conhecemos insuficientemente muitas realidades sociológicas que se têm operado. Mas a postura dos sindicatos de resistência, intervenção construtiva e de luta permanente, sempre com os trabalhadores, tem sido caminho e acção positivas. Há que evoluir, partindo do adquirido.

**Alavanca** - Quer isso dizer que vai ser nesta realidade dual, contraditória, que terão de entroncar os novos caminhos que o VII Congresso vai traçar?

**MCS** - Exacto. O VII Congresso da nossa grande central sindical afirmará, novos caminhos para os sindicatos, e os sindicatos possam intervir, com empenho, nesta realidade em mudança, diferente de ontem. Ele afirmará a necessidade de encontrar referências aglutinadoras, tendo presentes as alterações referenciadas e muitas outras, sem pôr em causa os objectivos.

O caminho da unidade, numa base política interna e externa que é diferente, aglutina-se em essencial.

O Congresso vai procurar, com humildade, do tipo de sindicalismo e as formas de as executar mais eficazes para actuar na sociedade que temos, contribuindo assim para construir o Portugal Democrático, Desenvolvido e Soberano que preconizamos e está nos nossos horizontes.

## 1ª Conferência da U.S. Évora

No passado dia 2 de Outubro, realizou-se no Palácio D. Manuel, em Évora, a 1ª Conferência Sindical da União dos Sindicatos do Distrito de Évora que contou com a presença de representantes de 20 sindicatos, num total de 96 delegados representando cerca de 30 mil trabalhadores.

A Conferência aprovou o relatório de Actividades do Triénio 89/92 e o Programa de Acção para 1992/1995. Elegeram também o Conselho Distrital da USB, constituído por 15 membros efectivos e 5 suplentes, oriundos de 11 sectores de actividade e com uma média de idades de 38 anos.

A Conferência terminou com um jantar comemorativo do 22º aniversário da CGTP-IN.

## Seminário de Higiene e Segurança no Trabalho

Por iniciativa da CGTP-IN e com o objectivo de divulgar os estudos e as acções de sensibilização que tem realizado no campo da Higiene e Segurança no Trabalho, realizou-se, no dia 16 de Outubro, no âmbito do PEDIP — Programa 5 — Missões de Produtividade, um Seminário sobre este tema, no qual participaram o secretário de Estado da Indústria e o secretário de Estado adjunto do ministro do Emprego e Segurança Social.

De salientar que as acções de sensibilização, em número superior a 380, constituem a maior campanha realizada em Portugal, em empresas de todo o país, tendo versado os temas do alcoolismo e riscos de incêndio.

## Tribunal de opinião pública sobre a violação dos direitos

A União de Sindicatos de Braga vai levar a efeito no mês de Novembro um Tribunal de Opinião Pública sobre a Violação dos Direitos dos Trabalhadores e uma exposição de materiais identificativos dessa violação.

Esta iniciativa foi decidida pela Comissão Executiva daquela estrutura sindical após uma análise pormenorizada da situação político-sindical da região.

A USB detectou, só no mês de Agosto, mais de 7 mil trabalhadores que estavam a ser vítimas do não pagamento dos salários, de encerramentos de empresas e de processos de despedimentos colectivos.

Concluiu ser "crescente e assustador o aumento do número de trabalhadores com salários e subsídios em atraso e das falências de empresas em curso nos tribunais". Em Barcelos, por exemplo, foram decretadas 32 falências só no primeiro semestre do ano corrente.

O órgão executivo classificou de sistemática a violação de direitos fundamentais e contratuais dos trabalhadores, em matéria de direito a férias, não cumprimento da lei da maternidade e paternidade, salários baixíssimos (20 a 30 mil escudos), recusa de qualificação profissional, suspensões e despedimentos arbitrários, etc.

## CP: Terrorismo em toda a linha

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários classificou de "verdadeiro terrorismo social" a criação pelo Conselho de Gerência da CP dos chamados quadros excedentários que já atingem para cima de um milhar de trabalhadores.

É uma operação terrorista, diz aquela estrutura sindical, porque "tanto o Ministério do Emprego como o Instituto geral do Trabalho reconhecem que os quadros excedentários criados pelo CG da CP carecem de qualquer enquadramento jurídico".

De facto, o Tribunal Constitucional "chumbou" a pretensão do Governo de criar um quadro de excedentes. O Conselho de Gerência da CP fez a mesma coisa e, como não o podia fazer dentro do enquadramento jurídico do país, resolveu fazê-lo à margem da Lei.

A hipocrisia domina todo este processo, no dizer da federação sindical.

## Têxteis: a crise soma e segue

O Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Porto e Aveiro afirmou, em conferência de imprensa, que a situação do sector tem vindo a agravar-se.

Só de Julho a Setembro deste ano, mais de 24 empresas, abrangendo um total de 7240 trabalhadores, foram afectadas pela "crise". Mas ela é muito mais extensa, como revelou o Sindicato dos Têxteis. "Precisamente em Setembro, 58 empresas, com um total de 14051 trabalhadores, tinham encerrado ou falido ou não pagavam salários ou os atrasavam ou reduziam significativamente o nível de emprego, quer por via dos despedimentos colectivos quer pressionando no sentido do "mútuo acordo".

As situações mais graves ocorreram, como foi dito na conferência de imprensa, nos concelhos de Santo Tirso e Vila do Conde, seguindo-se Matosinhos e Maia. Por outro lado, o Sindicato considera incompreensível que Vila do Conde não seja incluído no OID do Vale do Ave.

## Por aumentos de 12 por cento

# Função Pública marca greve para dia 6

Os sindicatos subscritores da Plataforma Reivindicativa Comum para a Administração Pública decidiram convocar uma greve do sector para o próximo dia 6 de Novembro.

Esta decisão foi tomada no passado dia 13, dia em que a secretária de Estado do Orçamento lhe deu conhecimento das propostas governamentais sobre a política, designadamente, salarial para a Função Pública. Os sindicatos consideram inaceitáveis as propostas de aumentos salariais de 4,5-5-5 por cento e não estão dispostos a ceder na questão dos disponíveis.

No dia 14, realizou-se nova reunião entre os sindicatos e o Governo.

Os sindicatos da Função Pública rejeitam os referenciais anunciados pelo Governo e reivindicam 12% de aumento nos salários e pensões para 1993. O comportamento da inflação e o fosso existente entre os salários dos trabalhadores da função

ANO	INFLAÇÃO ANUNCIADA	INFLAÇÃO REGISTADA	AUMENTOS SALARIAIS
1987	14 %	13,1%	11,5%
1988	7,5%	10,2%	8 %
1989	6 %	12,7%	7,7%
1990	10 %	13,6%	12 %
1991	11 %	11,7%	13,5%
1992	8 %	9-9,5% (estim.)	8 %

pública portuguesa e do da Europa são as duas grandes razões que são chamadas em apoio desta reivindicação.

O Governo assenta o seu projecto de contenção salarial em previsões de inflação que não merecem qualquer credibilidade, afirmam os sindicatos, que recordam que nos últimos seis anos se registou um considerável desvio entre a inflação prevista pelo Governo e a efectivamente verificada no final do ano.

Este desvio traduziu-se numa evidente degradação dos salários reais da Função Pública.

Os números mostram que os salários não são responsáveis pelo aumento da inflação. O quadro é elucidativo.

Fica claro que o Governo, ao avançar com aqueles referenciais, apenas pretende impor um "tecto salarial" para efeito da contração colectiva, visando resolver os problemas da economia à custa do nível de vida dos trabalhadores e suas famílias.

## Sair da cauda da Europa

Os sindicatos da Função Pública defendem que só um aumento de 12 por cento em 1992 poderá garantir o início do processo de aproximação gradual aos salários europeus.

Os trabalhadores da Função Pública portuguesa estão

cada vez mais distantes, no que toca aos salários, dos seus colegas dos restantes países da Comunidade Europeia, o que contraria as promessas feitas pelo Primeiro Ministro.

A situação é particularmente grave no que se refere aos salários mínimos que são cinco vezes inferiores aos da Alemanha ou do Luxemburgo e não chegam, inclusive, a atingir metade dos praticados na Grécia.

Mas, para os sindicatos, a situação dos salários máximos não é muito melhor.

Chega-se ao cúmulo de um assessor português, em fim de carreira, ganhar menos que um servente alemão ou luxemburguês!



## 1º Congresso da USAL defendeu Região administrativa e mais fundos para o Algarve

A criação da Região Administrativa do Algarve e o encançamento de mais verbas dos fundos estruturais da Comunidade Europeia para a região foram reclamadas pelas 122 delegados ao 1º Congresso da USAL, que reuniu em Faro, nos dias 25 e 26 de Setembro, em duas moções aprovadas por unanimidade.

O Congresso aprovou outras sete moções que reflectem as actuais preocupações,

propostas e reivindicações do movimento sindical algarvio no campo da saúde, das condições de vida, pesca, da "lei dos disponíveis" na Função Pública, da revisão da lei da greve, da contração colectiva e do turismo.

A ausência das regiões administrativas, diz-se no texto relativo à regionalização que foi aprovado pelo Congresso, "tem permitido a este Governo implementar no terreno uma política assente num forte cariz centralizador".

Essa política tem conduzido "ao aprofundamento das fragilidades e dependências da economia regional" e traduz-se numa desvalorização do importante papel que deveria caber às autarquias locais.

Sendo assim, a criação da Região Administrativa do Algarve é instrumento indispensável ao aprofundamento da estrutura do regime democrático e à implementação de uma mais justa e participada política de desenvolvimento regional, concluiu o Con-

gresso. Na sequência da apreciação dos efeitos positivos e negativos da integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, o Congresso defendeu que o Algarve seja dotado de maiores verbas de forma a permitir modernizar e dinamizar a actividade produtiva, "mediante a indispensável para garantir o desenvolvimento necessário e ganhar condições para suportar com outras vantagens o impacto da abertura de fronteiras e a livre circulação de mercadorias e capitais".

Interjovem lança campanha

## És jovem, tens direitos

«És jovem, tens direitos» - é sob este lema que a Interjovem vai levar a efeito uma campanha nacional sobre os direitos dos jovens trabalhadores.

O objectivo da campanha é o de levar uma maior e actualizada informação aos jovens, nos seus locais de trabalho, dos seus direitos, recenear as suas opiniões e sugestões ante as dificuldades reais no seu dia-a-dia, na luta por melhores condições de vida. Esta campanha é dirigida também aos trabalhadores-estudantes, aos formandos, aos jovens desempregados e estagiários.

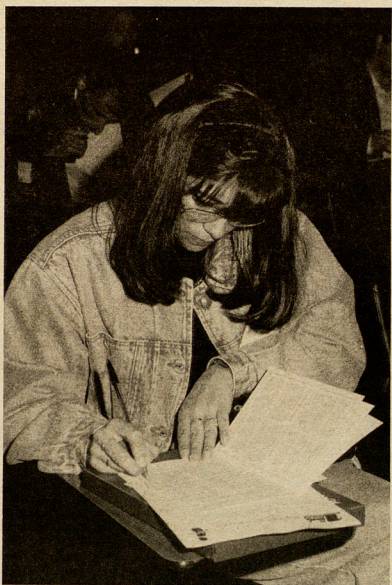
O mercado de trabalho, hoje, em Portugal é caracterizado pela crescente precarização no emprego, por baixos salários, volume excessivo do horário de trabalho, recurso frequente a horas extraordinárias, falta de segurança e higiene nos locais de trabalho, tendo como consequência imediata o aumento dos acidentes de trabalho. Para além disso, regista-se a manutenção de altos índices de desemprego juvenil, ao mesmo tempo que se procura, através de obstáculos crescentes, limitar a capacidade reivindicativa dos jovens trabalhadores.

A recente revisão da Lei da Greve da autoria do PSD é exemplo bem elucidativo da política anti-juvenil dos governos de Cavaco Silva que quer reduzir ao mínimo os nossos direitos, nomeadamente o direito ao exercício do direito de greve.

A Interjovem entende que só com a luta, com a unidade na acção, com a solidariedade entre os jovens trabalhadores, é possível lutar pelos direitos consagrados na Constituição da República e na contratação colectiva.

Por isso aproveitamos este espaço para te transmitir um apelo:

Vem daí. Sindicaliza-te!



Novo regime de feriados:

## Trabalhadores e história saem prejudicados

O Governo aprovou o novo regime dos feriados nacionais, fazendo tabua rasa das principais críticas que, na fase de discussão pública, foram feitas pela CGTP-INT e pelos sindicatos.

Entre as alterações que o decreto-lei do Governo mantém, contam-se a eliminação do feriado nacional do Corpo de Deus, a supressão do feriado, facultativo mas geralmente respeitado, da terça-feira de Carnaval e a eliminação da possibilidade de os trabalhadores gozarem a maior parte das "pontes" até hoje possíveis.

O novo regime vem instituir ainda feriados de segunda categoria, o que propicia a descaracterização de datas históricas importantes como o 25 de

Abril, o 5 de Outubro e o 1º de Dezembro. É pouco, pelos vistos, o respeito que o Governo tem pela História pátria, sobretudo pela mais recente. As alterações preconizadas pelo Governo são pouco ou não beneficiam para a economia nacional, já que a sua aplicação acarretará grandes prejuízos para um sector primordial da mesma - o do turismo e das indústrias ligadas ao lazer.

Em suma, a elaboração do novo regime dos feriados nacionais não obedece a critérios objectivos e claros. É, antes, expressão inequívoca da discricionariedade que o Governo vem cada vez mais revelando na sua acção, sempre com a preocupação de retirar direitos e regalias aos trabalhadores.

3º Congresso da U.S. de Coimbra

## Propõe desenvolvimento com justiça

O 3º Congresso da União de Sindicatos de Coimbra realizou-se nos dias 20 e 21 de Novembro, sob o lema "Defender Direitos, Desenvolver com Justiça, Reforçar a Unidade". A actual fase preparatória caracteriza-se pela profunda discussão dos documentos que vão ser submetidos à apreciação e deliberação do Congresso. Na matéria em discussão, no que se refere ao Projecto de Teses, as alterações estatutárias integram alterações significativas ao nível da direcção da USC. Essas alterações vão implicar uma maior responsabilização dos sindicalistas e do seu papel no seio da USC, através do funcionamento mais regular do Plenário de Sindicatos, orgão mais importante entre congressos. Funda-

mental, também, é a orientação para a acção sindical para o triénio 1992/1995. Este documento constitui, todo ele, um levantamento das potencialidades do Distrito de Coimbra que urge não continuar a desvirtuar e refere os instrumentos e acções adequados a promover o desenvolvimento.

Nessa base se pretende desenvolver o Distrito com justiça social e se propõem várias medidas para as diversas áreas de actividade.

Enquadrado na preparação do Congresso, realizou-se na Loulé, em 26 de Setembro, um colóquio sobre Ambiente, de cujas conclusões ressaltou a necessidade de criar, ao nível da USC, em Grupo de Trabalho para o Ambiente.



A luta dos estudantes contra as propinas continua viva! Não aceitam pagar propinas porque é um direito que está consagrado na constituição. De acordo com o regime legal vigente incumbe ao estado estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus do ensino. Segundo a lei da autonomia das universidades cabe ao estado garantir às universidades as verbas necessárias ao seu funcionamento. Esta medida não é mais do que a desresponsabilização do estado em relação ao ensino.

## Seminário sobre higiene e segurança no trabalho

A CGTP-INT realizou um Seminário sobre Higiene e Segurança no Trabalho (HST), no dia 16 de Outubro, em Lisboa, destinado a divulgar os estudos e as acções de sensibilização na área da HST realizadas pela CGTP-INT no âmbito do PEDIP. Participaram no Seminário o Secretário de Estado da Indústria, Engº Luis Alves Monteiro, o Secretário de Estado Adjunto do Ministério do Emprego e Segurança Social, Dr. Jorge Seabra, e Maria do Carmo Tavares e José Luis Judas, dirigentes da CGTP-INT.

## Aveiro Plenário exige a discussão de Maastricht

Reunido no dia 1 de Outubro, o Plenário Distrital de Dirigentes, Delegados Sindicais e Membros de CT's do Distrito de Aveiro enviaram uma Saudação ao XXXI Aniversário da CGTP-INT, que nesse mesmo dia se comemorou em todo o país, e aprovaram uma Resolução sobre o Tratado de Maastricht, entre outras matérias.

A Resolução sobre o Tratado de Maastricht realça o crescimento do movimento dos portugueses e trabalhadores que exigem conhecer e discutir o conteúdo e implicações que o Tratado teria para o nosso país.

Nesse sentido decidiram realizar um Plenário Distrital para definir uma posição sobre o Tratado e reclamar um amplo debate nacional sobre Maastricht que culmine na realização de um referendo popular, desde que ultrapassados os condicionais jurídicos e constitucionais e concretizado antes da revisão constitucional.

Por decisão do Plenário, realizou-se entre 12 e 17 de Outubro uma semana de acções de esclarecimento e informação sobre as propostas da CGTP-INT, suportadas em documentos dirigidos aos trabalhadores e à população.

O Plenário lamentou a decisão de carácter político do Tribunal Constitucional de considerar constitucional as alterações à Lei da Greve e, sem perder de vista as responsabilidades do Governo nesta matéria, lamentou profundamente também a atitude do Presidente da República de as promulgar.

## Livros escolares mais caros

Os livros escolares tiveram, este ano, um forte aumento, segundo prova o Gabinete de Estudos da CGTP-INT. Depois das restrições salariais, dos aumentos dos preços, dos aumentos dos impostos directos e indirectos, do aumento das propinas...o preço dos livros sofre também um forte agravamento.

Contas feitas pela CGTP-INT para o 3º ciclo do Ensino Básico mostram um aumento de quase 18 por cento relativamente a 1991, tendo por base os preços indicados por uma editora.

Em 1991, um livro adoptado neste ciclo de ensino custava em média cerca de 1000 escudos. Em 1992, passa a custar perto de 1300 escudos. A sujeição dos preços dos livros à taxa de 5% do IVA agravou a situação este ano.

As famílias de baixos rendimentos, que representam uma parte significativa na população portuguesa, são assim confrontadas com um forte encargo com livros e materiais escolares no início do ano lectivo.

**SINDICATO**

**UM AMIGO DE ACÇÃO!**

**SINDICALIZA-TE!**



## Lei da Greve Alterações são desajustadas

**A**s alterações aos artigos 5º e 8º da Lei da Greve constituem um retrocesso legal num direito fundamental dos trabalhadores e num valor essencial de para a democracia.

O futuro irá demonstrar a inadequação das alterações a esta lei em relação à vida social e aos legítimos anseios de maior democracia, progresso, justiça social e solidariedade dos trabalhadores de que o direito à greve é instrumento fundamental.

No imediato temos que ter consciência que a luta que os trabalhadores e os seus sindicatos desenvolvem contra a alteração da Lei da Greve obrigou o

Governo a importantes recuos no processo legislativo.

O prosseguimento da luta há-de conduzir a que os objetivos do Governo e do patronato não sejam alcançados e que as limitações aprovadas pelo PSD e CDS não cheguem sequer a ter eficácia.

A história do movimento operário e sindical já demonstrou que a melhor forma de defender o direito à greve é exercê-lo.

Hoje, como ontem, sempre que as reivindicações, os direitos e os interesses dos trabalhadores estejam em causa, o movimento sindical e os trabalhadores não hesitarão em exercer, em pleno, o direito à greve.

## Agenda sindical

20 a 25 Outubro

Visita de uma delegação da CGTP-IN à CGT da Grécia e às centrais sindicais italianas.

23 Outubro

Encontro de trabalhadores com vínculo precário, organizado pela União de Sindicatos do Porto.

24 Outubro

Conferência Distrital da Intergrevo de Setúbal.

30 Outubro

Conferência Sindical Regional promovida pela União de Sindicatos de Lisboa.

31 Outubro

Congresso da União de Sindicatos de Portalegre.

10 Novembro

2º aniversário da Inter-Reformados.

14 a 16 Novembro

Visita de uma delegação da central belga FGTB, a convite da CGTP-IN.



## Guerra aos salários prepara reforço da contenção salarial em 1993

O Governo pretende reforçar, em 1993, a sua política de contenção salarial. Com o sentido de atingir este objetivo é desenvolvida toda uma campanha em que os salários são responsabilizados pela inflação, se denunciam os aumentos salariais "exagerados", se invoca a descida da produtividade global, etc. Dir-se-ia que para os assalariados tem sido só fatura, sobretudo nos dois últimos anos, pelo que é necessário apertar o cinto a partir de 1993.

**A**rgumentação sobre a necessidade da contenção salarial assenta em quatro pontos principais:

1º, os aumentos salariais verificados em 1991 e 1992 são exagerados;

2º, os salários subiram incontroladamente na Administração Pública;

3º, a produtividade está em declínio, diminuindo mesmo em 1991;

4º, o custo com o trabalho está a aumentar fortemente.

Os aumentos salariais verificados em 1991 e 1992 são exagerados?

Em relação a 1991, devemos distinguir o sector privado da Administração Pública. Os salários no sector privado cresceram 15,4% segundo o Banco de Portugal, o que, considerando uma inflação de

12% significa um aumento real de 3%. Ou seja, os salários cresceram tanto como a produtividade média, considerando o valor habitualmente referido (3%). Os salários no sector privado viram reduzir neste ano o seu peso na distribuição do rendimento nacional, o que é contraditório com a ideia de aumento exagerado.

Em relação a 1992, admite-se que os aumentos sejam de 12% (valor também indicado pelo Ministro das Finanças na RTP em 29.08.92), o que representa um acréscimo real situado entre 2,3 (inflação de 9,5%) e 1,8% (inflação de 10%). Trata-se de aumentos inferiores à produtividade média.

Apesar disso, a mesma RTP inseriu uma notícia (em 10.10.92), em que se citavam dados oficiais para afirmar

que os salários estão a crescer, este ano, em mais de 5% em termos reais, ou seja mais de 15% em termos nominais. Ninguém vê onde estão estes aumentos. O que se vê é que na guerra contra os salários vale tudo - e que a RTP é utilizada como uma peça chave neste combate.

Os salários subiram incontroladamente na Administração Pública?

Quanto aos aumentos salariais na Administração Pública, há que evitar globalizações excessivas. Uma parte dos trabalhadores teve aumentos significativos, enquanto outros apenas ou quase só beneficiaram dos aumentos genéricos. Há que reconhecer que alguns grupos profissionais houve aproximação em relação aos salários praticados no sector privado, particularmente no pesso-

### Parte das Remunerações na estrutura de custos das indústrias transformadoras

ANO	REM/VPB %
1988	14,8
1987	15,2
1986	15,1
1985	13,8
1980	17,2
1977	23,0

FONTE: INE, Anuário Estatístico

al técnico, chefes, professores e trabalhadores de saúde. Mas, tem de se reconhecer então o distanciamento que progressivamente se verificou nos salários em relação aos restantes sectores.

Por outro lado, como não se diz qual a evolução do emprego na Função Pública fica-se sem se saber qual o aumento por trabalhador de facto verificado.

A produtividade está em declínio?

Quanto à produtividade existem várias medidas de produtividade com resultados não só divergentes, mas contraditórios entre si. A tese de que a produtividade baixou, que o Governo alimenta para

pressionar os salários, não deixa de ter consequências interessantes. Então a "economia de sucesso" traduziu-se numa redução da eficiência económica?

Então as colossais verbas gastas na formação profissional (sendo o aumento da produtividade do trabalho uma das suas principais justificações) não serviram para nada? Então não há modernização, ou se há porque é que daí não resultam ganhos de produtividade? Então os investimentos ditos de racionalização das empresas tiveram resultados contrários aos apregoados?

Se tudo isto fosse verdade, como admitir então (como faz o Governo) um cresci-

mento da produtividade de 3% em 1992 (3% de crescimento do produto e estagnação do emprego)?

O custo com o trabalho está a aumentar fortemente?

Finalmente, no que respeita ao custo do trabalho, observa-se a tendência da quebra da parte dos salários na distribuição do rendimento nacional, que se verificou mesmo em 1991 em relação ao sector privado. Isto não só significa que os aumentos salariais não foram exagerados. Significa também que os salários podiam ter crescido mais do que de facto cresceram.

Importa ter presente que os salários não representam mais do que 17% dos custos das empresas, como assinala o documento aprovado no último plenário de sindicatos; que nas indústrias transformadoras esse custo é ainda menor; e que a tendência tem sido a da redução do custo salarial na estrutura de custos das empresas. Que não se transformem, pois, os salários no "bode expiatório" para deficiências estruturais da economia portuguesa e para a ausência de uma estratégia nacional de desenvolvimento económico e social.